

## Relatos e travessias em Eliana Alves Cruz

DOI: <https://doi.org/10.22409/pragmatizes.v10i18.40323>

Maria Cristina Batalha<sup>1</sup>

**Resumo:** A escritora Eliana Alves Cruz reúne documentos históricos, relatos de memória e imaginação criadora para denunciar, em seus romances *Água de barrela* (2015) e *O crime do cais do Valongo* (2018), do ponto de vista de quem viveu esse processo, a violência da escravidão no Brasil que até hoje deixa sequelas na sociedade brasileira e está na raiz da profunda desigualdade social que nos marca.

**Palavras-chave:** escravidão; violência; relatos de memória.

### Relatos e travessias en Eliana Alves Cruz

**Resumen:** La escritora Eliana Alves Cruz reúne documentos históricos, relatos de memoria e imaginación creativa para denunciar, en sus novelas *Gua de barril* (2015) y *El crimen del muelle del valongo* (2018), desde el punto de vista de quienes vivieron este proceso, la violencia de la esclavitud en Brasil que hasta el día de hoy deja sequelas en la sociedad brasileña y está en la raíz de la profunda desigualdad social que nos marca.

**Palabras clave:** esclavitud; violencia; informes de memoria.

### Reports and Crossings by Eliana Alves Cruz

**Abstract:** The writer Eliana Alves Cruz gathers historical documents, memory reports and creative imagination so as to point out, in her novels *Água de barrela* (2015) and *O crime do cais do Valongo* (2018), the violence of slavery in Brazil that even today leaves sequels in Brazilian society. This colonial economic model based in slavery remains as a root of our social inequality.

**Keywords:** slavery ; violence ; memory reports.

---

<sup>1</sup> Maria Cristina Batalha. Doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense, professora do Instituto de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: cbatalh@gmail.com

## Relatos e travessias em Eliana Alves Cruz

Longe de ser um motivo desestimulante em função da origem de classe ou de vergonha pela cor da pele, que pairava como um entrave social e psicológico para a geração anterior, as escritoras negras dos últimos anos, no Brasil, tomam a palavra para revisitar a sua história, denunciar a violência perpetrada pelo tráfico de pessoas de um continente a outro e se dedicam a contar a história da escravidão e da resistência. Este percurso de humilhação, de sofrimento e luta torna-se, ao contrário, um motivo de orgulho, de resgate de uma dívida social e de retomada de seu lugar na História e na sociedade brasileira. Este é o caso de Eliana Alves Cruz, que coloca sua literatura a serviço de uma causa que tem em sua origem uma das violências mais agudas praticadas contra a população do continente africano. A proposta do presente artigo é a de examinar os dois romances da premiada escritora, *Água de barrela* (2015) e *O crime do cais do Valongo* (2018)<sup>2</sup>, romances históricos sobre a escravidão, fruto de uma análise

documental rigorosa, que mostra como as injustiças atuais são o resultado e a consequência do passado colonial marcado pela violência e pela espoliação. Nos dois casos, os enredos contam sobre essa migração compulsória, falam de replasmação de identidades forjadas pela diáspora e de racismo, ainda tão presente no dia-a-dia da sociedade brasileira, através de um belo exercício de metaficção historiográfica que conjuga documento e imaginação.

Nos dois romances, estreita-se a relação entre memória e história individuais e coletivas, construindo nas representações literárias um terreno fértil para suas configurações, pois, segundo Antoine Compagnon (2009, p. 50),

a literatura percorre regiões da experiência que outros discursos negligenciam, arruína a consciência limpa e a má-fé, resiste à tolice não violentamente, mas de modo sutil e obstinado [...] visando menos a enunciar verdades que a introduzir em nossas certezas a dúvida, a ambiguidade e a interrogação.

Cabe então à literatura revisitar a história a partir de um ângulo novo: não é mais do centro que vislumbramos o passado da

<sup>2</sup> Para efeito de referência aos dois romances, no corpo do texto, optamos pelas abreviações: AB e CCV, respectivamente.

colonização e da escravidão no Brasil, mas deslocando nosso olhar para a margem e falando a partir desse novo lugar. Só assim encontramos as respostas para o passado e podemos construir perspectivas de futuro. Neste sentido, faço minhas as palavras de Vanessa Ribeiro Teixeira, em seu estudo sobre Ungulani Ba Ka Khosa, mas que também se aplica aos romances de Eliana: "Enquanto o discurso do poder estiver atrelado ao império da barbárie, no qual a construção da história só se sustenta sobre ruínas, obras como as apresentadas aqui recriarão verdades sufocadas" (TEIXEIRA, 2019, p. 311).

Com efeito, durante uma sessão comemorativa dos 131 anos da Lei Áurea, o deputado monarquista, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, do PSL, partido do atual presidente do Brasil, e trineto da princesa Isabel, declarou que "a escravidão é tão antiga quanto a humanidade, é quase um aspecto da natureza humana". Ao naturalizar o horror, nada mais fez do que exibir a matriz da casa-grande & senzala da qual o Brasil não conseguiu ainda se livrar. Daí a premência de vozes que venham a contribuir para a reflexão sobre os modos de vida

atravessados por questões de raça, gênero, sexualidades, classe e territórios diversos, entre tantos outros caminhos que desenham espaços de assimetria, violência e opressões cujas marcas permanecem vivas entre nós. Nos diversos "brasis", cabe entender como as práticas racistas têm uma longa trajetória atrás de si e continuam a ser reatualizadas, sustentando as relações sociais brasileiras, marcadas pela desigualdade, bem longe do mito da democracia racial e da cordialidade que durante anos embalaramo nosso imaginário.

Nesse movimento de retomada de um lugar de fala, a questão racial assume um papel central para a potencialização desses modos de vida nos quais:

[...] o tornar-se negra anuncia um processo social de construção de identidades, de resistência política, pois reside na recusa de se deixar definir pelo olhar do outro e no rompimento com o embranquecimento: significa a autodefinição, a valorização e a recuperação da história e do legado cultural negro traduzindo um posicionamento político de estar no mundo para exercer o papel de protagonista de um devir histórico comprometido com o enfrentamento do racismo. (PONS CARDOSO, 2014, p. 973)

Eliana Alves Cruz, jornalista de formação, vem se destacando como romancista, inicialmente com a

saga *Água de barrela*, resultado de cinco anos de pesquisa sobre a história de sua família que remonta aos tempos da escravidão, quando seus antepassados foram tirados de Moçambique e trazidos compulsoriamente para o Brasil. A autora recolhe fragmentos de conversas ouvidas nas senzalas, murmuradas junto ao fogão e aos tanques de lavar roupa, reúne recortes de jornal, fotos de família e objetos deixados pelo tempo para nos contar a trajetória de seus antepassados até os dias de hoje, percorrendo 3 séculos de história de uma família negra no Brasil.

Em 2015, o livro foi contemplado com o primeiro lugar no Prêmio Oliveira Silveira, concurso promovido pela Fundação Cultural Palmares, que o publicou no ano seguinte. O livro teve uma segunda edição, publicado pela Malê Editora. No mesmo ano, é também publicado o segundo romance, *O crime do cais do Valongo*, pela mesma editora, em 2018. Além de romancista, a autora também se destaca como poeta e contista, tendo contribuído, em 2017, com dois contos para a 40ª edição dos *Cadernos*, entre eles a narrativa de ficção científica intitulada "Oitenta e

oito". Ainda neste mesmo ano, teve um trabalho seu incluído na consagrada antologia *Novos poetas* e outros demais poemas publicados em antologias diversas. Em 2016, integrou, por exemplo, a edição 39 da série *Cadernos Negros*, contribuindo com alguns poemas seus.

Carolina Maria de Jesus, uma das primeiras mulheres negras a levantar a sua voz do ponto de vista da mulher subjugada e excluída, figura como precursora de toda uma leva de novas escritoras negras que colocam sua voz e sua pena a serviço de uma necessária revisão da história da colonização no Brasil. Em seu *Quarto de Despejo – Diário de uma Favelada*, de 1960, Carolina já apontava para a necessidade de denúncia da condição de subalternidade presente no cotidiano das mulheres negras brasileiras. Assim, como adverte Eurídice de Figueiredo, "em vez de uma nação homogênea, criada pelos grandes intérpretes do Brasil, que excluía negros e indígenas ao diluí-los no amálgama chamado 'Brasil mestiço', o que vemos agora é a eclosão de vozes que narrativizam outras histórias, outras versões sobre a nação. (FIGUEIREDO, 2013, p. 152)

Como último país do Ocidente a abolir a escravidão, o Brasil carrega, ainda hoje, as marcas dessa história de violência exercida sobre a população negra. A fala dessa nova geração de escritoras negras propõe-se a reexaminar suas raízes, sua história e seus valores, não mais do ponto de vista da história oficial, mas sim para recompor o lugar que lhes foi obliterado pelos donos do poder.

O romance *Água de barrela* percorre trezentos anos de história, notadamente de mulheres, que aqui chegaram para trabalhar em engenhos e casas de família, e que sobreviveram lavando roupa para famílias brancas e garantindo o sustento e a sobrevivência de filhos e netos em situações de exploração, miséria e humilhação. E o título do romance remete a essa atividade, pois “barrela” significa a mistura de água e cinza da madeira que era queimada nas fogueiras e que servia para alvejar a roupa. Damiana é a personagem central da narrativa e é à sua volta que acontece uma reunião da família para comemorar seu aniversário de cem anos. Desse encontro, relatos de memória de uma história individual e

coletiva de todo um povo são evocados, lembrando os tempos de várias gerações de mulheres lavadeiras, como marca indelével dessas histórias de vida. Por isso, quando chegam os convivas, Damiana observa que, para a festa, todos estão impecavelmente vestidos de branco:

Uma fina ironia. De quem teria sido aquela ideia de vestir todos de branco? Gostara bastante, pois as peles negras faziam um belo contraste. Preto e branco... Tinha vivido intensamente esse mundo bicolor. Finalmente o cansaço chegara. Quanto tempo ainda teria? (AB, 2018, p. 16)

Damiana viveu até os 105 anos, falecendo em 1993. São suas lembranças que trazem, em forma de relatos esparsos e fragmentados, que facultaram à narradora puxar o fio dessa história, esses “pedaços miúdos da vida” (p. 305) :

- Mas tia, me conte mais!, insistia a narradora. - Calma, filha. Sempre que você vier aqui, me pergunte alguma coisa. Às vezes você sai e eu me lembro de tudo. A cada dia que você me pergunta vou me lembrando... Eu? Eu era apenas uma menina. Só uma menina... (AB, 2018, p. 305)

Misturados à narrativa, surgem fotos de família, fotos de objetos emblemáticos que acompanharam seus parentes, oriundos de Moçambique, e a árvore genealógica

da autora que nos permite identificar as diversas relações de parentesco. Através desses relatos de memória, o romance reúne muitas histórias dos antepassados negros da escritora, trazidos à força para servirem de mão de obra barata no trabalho das plantações dos aristocratas brasileiros, que lucravam e viviam à base de suor e sangue negro. Essas histórias remontam a essa travessia forçada de África, território de cruzamento de várias culturas, línguas, religiões e mitos, mas também de muitas lutas pelo poder, o que favoreceu a captura de pessoas que eram escravizadas e trazidas para o Brasil, chegando até o século XX, quando a luta é para recuperar a dignidade de uma cultura e de uma cor de pele. Antecipando o romance, em "Nota da Autora", Eliana escreve em forma de poema:

Não queremos mais aquilo que  
embranquece a negra maneira de  
ser  
Não queremos mais o lento e  
constante apagamento da cor de  
terra molhada, suada, encantada...  
Queremos os remendos dos panos,  
nas tramas dos anos  
sofridos, amados, apaixonadamente  
vivos. (AB, 2018, p. 12)

Seu antepassado chegou em 1850, a Bahia, quando o tráfico já era declarado ilegal, mas continuava a ser praticado livremente.

Depois de uma espera no depósito parecida com a eternidade, foram acordados no meio da noite e caminharam cerca de dois quilômetros até o embarque. Akin olhou ligeiramente para trás. Esta seria a última imagem daquele continente que sua retina registraria." (AB, 2018, p. 25)

Há registro dos diferentes valores sociais de prestígio (os títulos de nobreza) e de costumes maçambicanos:

A terra é negra. Ela se amassa com o pé. Ela é massapê. Um chão de cor muito escura formado há milhões de anos de decomposição do granito perdido na eternidade. (...) Os pés nus que amassavam o massapê se confundiam com a cor da terra: preta. Ouro negro de barro, ouro negro de carne. (AB, 2018, p. 33)

Tudo isso foi deixado para trás, em franco desprezo pelas línguas, hierarquias, agrupamentos familiares e crenças dos povos subjugados, obrigados à travessia do Atlântico, dentro dos navios negreiros. Os primeiros a chegar foram Akin Shangokunle, que é rebatizado de Firmino, e sua cunhada Ewà Oluwa, grávida de seu irmão Gowon, a quem dão o nome de Helena, oriundos da região do reino de Oió. Ambos sobrevivem aos tormentos do navio negreiro, dentro dos quais as perdas são infinitas, deixando um rastro de

morte e sofrimento em meio às águas do Atlântico.

Subiu a bordo um homem vestido de negro até os pés falando palavras estranhas e salpicando água em cada um deles. Foi dizendo seus novos nomes. Ele sabia que Akin Sangokunle era o mesmo que "menino corajoso que luta pelo que quer e se ajoelha diante de Xangô". Firmino ... O que significaria ? (AB, 2018, p. 26)

Ao chegar no Brasil, são comprados pelos Tosta/Tostes, família que iria ter um longo destino entrelaçado aos da família de Akin e Ewà. Mesmo após amargar enormes sofrimentos e humilhações, Ewà consegue dar a luz a uma menina chamada Anolina, que continuaria a história, a memória e as lutas dos vindos de África. A saga da família Tostes, que detém o poder no Recôncavo baiano, corre em paralelo à dos escravizados trazidos da África. Ao mesmo tempo, esta história se confunde com a saga da colonização no Brasil, as diferenças religiosas e de costumes. Há a evocação de relatos sobre as diversas lutas pelo poder local - Sabinada e a revolução Praieira - que dividiam os conservadores e os liberais, monarquistas e independentistas, mas nenhuma delas e em nenhum dos lados fazia-se referência à situação dos negros

escravizados. O romance recorre a documentos históricos, pesquisados pela autora, e que se entrecruzam com as histórias pessoais, mesclando memória, história e ficção, recompondo a veracidade de alguns fatos que foram obliterados ou deturpados pelos registros oficiais, como o episódio dos "Voluntários da Pátria", durante a Guerra do Paraguai, quando negros escravizados e muitos rapazes arrolados junto à população pobre foram compulsoriamente transformados em "voluntários". Embora fosse prometida a alforria aos escravos que partissem para a guerra, a sorte de Firmino, emblemática de todos os demais, não mudou muito sua condição:

Mais uma vez Firmino se viu nas mãos de Juca Terena, que lhe extirpou a lança da perna e o pôs em condições de embarcar de volta a Cachoeira. A guerra chegara ao fim para ele com aquela ferida que custaria a curar e que o deixaria para sempre com dores devido a uma fratura mal tratada. Esse foi o preço pelo soldo que recebeu e pela liberdade finalmente conseguida. (AB, 2018, p. 98)

Da mesma forma, citando documentação de arquivo, conta a narradora que Francisco, irmão de Manuel Tosta e Barão de Muritiba, era também ministro da Marinha, membro do Conselho de Sua Majestade (o



Imperador D. Pedro II), "amigo pessoal do imperador e grande responsável pelo fim da Revolução Praieira de Pernambuco, bem como pelo apoio vital para o fim da Sabinada". Este diz em seu discurso em homenagem ao imperador:

(...) Se naquelas épocas calamitosas, em que o gérmen das revoluções se propagava em todo o país, os cachoeiranos, sempre intrépidos, puderam manter as instituições e demonstrar o amor que tributam à Augusta Dinastia, que felizmente nos rege, hoje que a conquista da civilização tem vigorado em seus corações as verdadeiras práticas do Governo Constitucional, qual não era o seu entusiasmo vendo o Soberano Brasileiro, Sábio Modelos dos Príncipes conhecidos, pisar as plagas deste solo. (...) se ufana de haver concorrido para essa magnífica empresa, quando aclamando a regência de 1822 e repercutindo depois o heróico brado de Independência ou Morte, demonstrou vivamente o seu amor à Augusta Dinastia de V.M.I. (AB, 2018, p. 79)

Declarada a República, Martha, empregada dos Bandeira Tosta, surpreende a conversa dos amigos do patrão logo após o episódio da República e os novos arranjos políticos que se articulam:

- Eu congratulei este governo por terem destruído documentações referentes ao nosso maior atraso: a escravidão negra! Uma nódoa que precisa ser extirpada. Inclusive certos costumes que nos aproximam mais da barbárie africana que dos centros mais evoluídos do planeta - defendeu Prisco Paraíso. (AB, 2018, p. 155)

O medo de perder a hegemonia econômica fazia com que essas famílias poderosas praticassem casamentos consanguíneos, mas, na partilha de poder, os escravos eram "relacionados nominalmente na lista de bens, [e] foram igualmente divididos entre os herdeiros" (AB, 2018, p. 67). Entre a população escravizada, nem sempre as famílias se formavam por laços consanguíneos, mas sim afetivos, formando um grupo familiar reunido por afinidades de alma mais fortes que os de sangue.

Umbelina era a mãe que Anolina nunca conheceu. Firmino e Isabel se tornaram tios, padrinhos, amigos, guardiões e qualquer coisa que significasse proteção. Os dois jovens se aproximaram na dor por Roberto [escravo revoltoso e que acaba sendo punido com a morte, após a traição sofrida]. (AB, 2018, p. 70)

A vida no engenho era penosa e as condições de trabalho provocavam doenças e muitas mortes:

Todo o complexo que formava o engenho era potencialmente mortal para qualquer escravizado. Até na capela um cativo poderia perder a vida se não soubesse exatamente o seu lugar, mas a moenda era de longe o ambiente mais perigoso. Aquele fogo precisava arder ininterrupto de agosto a maio. Depois disso chegava a chuva e o frio e o trabalho no canavial tornava-se impossível. Nessa época, a moenda funcionava de 18 a 20 horas seguidas. O melado escaldante, as prensas, os facões, as formas, tudo enfim era demasiadamente arriscado. (AB, 2018, p. 46)



Além disso, havia as diversas epidemias que dizimavam sobretudo a população negra. Esta precisava ser substituída rapidamente para o trabalho das lavouras e engenhos. Para evitar danos econômicos maiores, algumas práticas de curandeiros eram toleradas e estes eram chamados em casos de urgência. Assim, mais ou menos às escondidas, encantamentos e remédios eram aplicados:

- Ô vixe, mulé! Os santo já tão sabeno que ocê tá muito grata. Agora sai da frente o Tito vai morrê! E, ajoelhando-se perto da esteira onde o rapaz jazia, deu a ele um líquido amargo. Chá de mulungo, uma planta que acalmava, sedava e aliviava a dor. (...) Murmurou uma palavras incompreensíveis, deu recomendações a Salustiana e saiu apressada. (AB, 2018, p. 48-49)

Enquanto alguns, mesmo entre os senhores brancos, recorriam aos rituais de cura, outros atribuíam a eles a origem de seus males:

Mais vale uma alma no paraíso do que na Terra por artimanhas do diabo! Toda essa peste é fruto dos olhos deles, desses negros horrendos e seus segredos em conluio com o Tinhoso! - dizia agarrada ao inseparável terço e mirando com olhos turvos na direção da imagem de Nossa Senhora da Natividade, que mantinha em um nicho em seu quarto. (AB, 2018, p. 65)

Com efeito, a imposição da fé cristã pelos senhores de engenho e a

consequente imposição à renúncia das práticas religiosas dos ancestrais deram origem a muitos castigos, como açoites, queimaduras e outras atrocidades que são mencionadas no romance. O episódio de cortar a língua da escrava que ousou contestar a religião da "sinhá" permite expor a força da subversão deflagrada que é aqui potencializada duplamente, por ser escrava e por ser mulher. Era preciso marcar no corpo a condição de subalterno e os corpos negros eram vilipendiados, explorados sexualmente, para deixar exposta a ferida da opressão e da segregação que lhes eram impostas, já que, historicamente, o que se passou foi uma colonização perpetrada pelo estupro de mulheres negras obrigadas a servir aos patrões brancos, uma vez que a cultura do estupro era plenamente justificada em tempos de cativeiro. Sabemos que o poder sobre o seu próprio corpo é fundamental para a constituição de uma identidade. Assim, é importante ressaltar que nesse espaço diaspórico do além-mar, entre a África e as Américas, sobretudo no processo de escravização, a violência deixa de caracterizar-se como consequência da

brutalidade dos conflitos físicos para transformar-se em pura exibição de poder, pois o exercício da soberania tem por base o direito sobre os corpos. Estes, historicamente, foram invisibilizados e tiveram suas histórias, suas identidades e seus desejos vilipendiados, pois, afinal, "a carne mais barata do mercado é a carne negra" (SEU JORGE et alii, 2002).

Mas, como lembra Damiana em sua sabedoria de "mais velha": "As cicatrizes salientes e escuras tomavam quase toda a extensão da pele. Eram queloides, cicatrizes de uma vida de guerras. - Não se assuste, filha, cada uma é um troféu, e as que estão por dentro são maiores" (AB, 2018, p. 174). E, assim, o estilhaçamento e a mortificação dos corpos evocados no romance em tela nos autoriza a ver aqui o relato de uma existência em ruína, à maneira de uma narrativa de construção alegórica que aproxima ruína e história, como nos ensina Walter Benjamin. Era no domínio sobre esses corpos "negros" que os valores de classe e de raça eram exercidos, pois aquilo que não pudesse ser compreendido de modo racional estava do lado errado do bem

e do civilizado, sendo assim identificado como barbárie. Nessa categoria incluíam-se automaticamente todas as formas de ver o mundo que não fossem filtradas pela ciência, pela razão e pelos pressupostos cristãos. Como lembra Vanessa Ribeiro Teixeira (2019, p. 284):

Através da religião ou da ciência, o domínio colonizador enquadrou referências nativas segundo seus parâmetros e desprezou outras, impedindo acesso a diversos modos de conhecer o corpo humano, as plantas, os animais, o entendimento do que fosse doença e cura ou a organização e classificação dos seres do mundo. Quando comparados aos saberes católicos, eram heréticos ou diabólicos, quando comparados à ciência, eram credíes ou equívocos. A ciência - matriz dos saberes que são atualmente aprendidos na escola - foi tida como verdade única, eliminando outras variáveis e possibilidades interpretativas. Assertiva tão intensa que, ao longo do tempo, o termo ciência se fundiu ao termo razão, ocultando, portanto, que a razão científica é apenas uma racionalidade entre múltiplas.

No entanto, não era apenas pelas práticas religiosas dos antepassados que a resistência se operava. Havia também as lutas pela libertação, apagadas da história oficial, mas que se manifestavam como gestos emblemáticos de resiliência. Acusados de sabotagem, alguns foram perseguidos, mas suas histórias

ganham tons épicos e seus heróis foram transformados em mitos, graças à fantasia e sobrenaturalidade a eles atribuídas. Assim, Firmino e seus companheiros fugiram da cadeia e Moreno, o delator mulato que o perseguia há anos, não consegue livrar-se do pesadelo de estar em uma fogueira que lhe queima a pele:

Assim como a fuga dos 'quatro da cadeia', como ficaram conhecidos, ninguém conseguiu explicar como o fogo, não o que Moreno sentia, mas o verdadeiro, começou. A moça que cozinhava para ele disse que foi a garapa. Bêbado, o capataz teria deixado o álcool entornar em uns panos pegos por uma vela que caiu incendiando tudo. Já Luiz, um dos homens que ele pusera de vigia, disse que viu vultos no terreno. A verdade é que ninguém conseguiu salvá-lo e o perigoso Moreno morreu ali mesmo, dentro de casa, ardendo no fogo e no ódio que o consumia. Já estavam em 1889, e as altas chamas queimavam o presente e o passado. (AB, 2018, p. 145)

Alimentando o desejo de liberdade, pairava o sonho da terra africana e o reencontro com os ancestrais:

Martha soube que, dois anos após a visita surpresa de Roberto, na noite do aniversário de Maricota, Firmino tentou partir para a África e retornar a Ysein. Queria beijar o solo em que sucumbiram seus pais e praticamente toda a família. Não conseguiu, mas Umbelina sim. Levou de volta a Ketu um amuleto que pertencera a Helena/Ewà Oluwa, que tinha guardado secretamente desde sua morte. Cumpriu uma promessa que fizera à compatriota quando não era possível vislumbrar a menor

chance de concretizá-la. Voltou aliviada e feliz. (AB, 2018, p. 176)

Firmino experimenta então o sentimento ambíguo de quem viveu a diáspora: "Eu sei que tenho na cabeça um lugar que não existe mais ..., diz Firmino. Não da forma como eu o conheci. Passou muito tempo. É um sentimento estranho. Eu não sou daqui, mas não sou mais de lá" (AB, 2018, p. 176). Como nos lembra o crítico Édouard Glissant (2011, p. 19):

A experiência do abismo está no abismo e fora dele. Tormento daqueles que nunca saíram do abismo: que passaram diretamente do ventre do navio para o ventre violeta dos fundos do mar. Mas a sua provação não morreu, vivificou-se nesse contínuo-descontínuo: o pânico do país novo, a saudade da terra perdida, e por fim a aliança com a terra imposta, sofrida, redimida. A memória não sabida do abismo serviu de lodo para essas metamorfoses.

E pergunta-nos ainda Glissant (2011, p. 22): "Mas não estará o nómade sobredeterminado pelas suas condições de existência? E o nomadismo, por uma obediência a contingências constrangedoras, e não por um desejo de liberdade?"

Após a promulgação da Lei Áurea, a situação da população negra e mestiça não parece ter se alterado de modo significativo:

Anolina [criada por Dasdô e Umbelina] e Martha [filha do patrão] eram personagens que gravitavam naquele planeta feito do solo preto de massapê, açúcar, cana, fumo, engenhos, religião, lutas e ressentimentos antigos. Uma mistura bem separada, se é que isso é possível. Viviam na tensa linha que deixava de um lado o universo de quem manda, e de outro o que quem era mandado. Tudo tinha sido muito claro até pouco tempo atrás, mas não naquele momento em que os negros estavam livres e ninguém mais sabia quem era quem. Estavam vivendo tempos duros. Quem depois de liberto queria ir para a lida da cana, aquele inferno na Terra? Mas, ao mesmo tempo, era preciso sobreviver, e isso era coisa para conquistar um dia de cada vez. (AB, 2018, p. 110)

Continuava assim a “guerra surda entre senhores e escravos” (AB, 2018, p. 111). Afinal, “não era essa a liberdade que eles queriam. Sem trabalho, sem terra, com a polícia no pé, com medo do presente e do futuro” (AB, 2018, p. 118).

Em conclusão da saga familiar, diz a narradora:

Toda a família Tosta na linha de Dona Maricota foi ligada à Justiça. Todos juízes, advogados ou professores, formados nas mais renomadas instituições no país ou no exterior. Ela [Dona Maricota] achou curioso que o descendente de todas aquelas mulheres - Umbelina, Anolina, Dasdô, Martha, Damiana e Celina - enveredasse pelos caminhos do Direito [trata-se de Eloá, pai da narradora]. Se Firmino estivesse ouvindo seus pensamentos, diria que não existia nada de exótico ou curioso nisso. Ele diria: - Xangô é rei. Está pisando

aqui comigo, e cedo ou tarde a justiça se fará. (AB, 2018, p. 301)

Ao completar a história familiar, lembra ainda que ela e seus irmãos formaram-se em curso superior e sentença:

Nós, os que estamos prosseguindo o caminho deixado por eles, também enfrentamos o desafio de, ainda no século XXI, trabalhar para apagar as linhas divisórias que por tantos séculos nos deixaram à parte do banquete principal do país. Optamos pela fórmula ‘Damiana’, ou seja, a da educação. (AB, 2018, p. 304).

Inspirada nas recentes escavações que trouxeram à tona o calçamento de pedra e objetos arqueológicos encontrados no Cais do Valongo, local onde, entre 1811 e 1831, desembarcavam homens, mulheres e crianças vindos da África para serem escravizados nos serviços da colônia, Eliana Alves Cruz, promove o resgate da memória social e cultural afro-brasileira em seu segundo romance, *O crime do cais do Valongo*. A narrativa se afigura como romance histórico e policial, cujo enredo se inicia em Moçambique e chega até o Rio de Janeiro, onde a maior parte da história de desenvolve. Recosturando inúmeras memórias dos ancestrais que foram escravizados ou

mortos no cais, alerta a autora, em entrevista a *Médium Books*, que o "Brasil, se olhe no espelho, enxergue quem você realmente é e se ame. A história e o conhecimento do povo negro são tesouros riquíssimos que precisam ser descobertos e aproveitados por toda a nação" (CRUZ, 2019). Assim, dando sequência ao seu consagrado romance de estreia, Eliana propõe-se a continuar a fazer o resgate dessa memória, buscando a preservação da identidade cultural negra. Fruto de uma pesquisa histórica criteriosa, assim como havia procedido para o seu primeiro romance, *O CCV* traz como protagonistas os negros que viviam na cidade do Rio de Janeiro, no período que se segue imediatamente à chegada da família real portuguesa, trazendo consigo a modernização da cidade e, ao mesmo tempo, reconfigurando seus espaços de inclusão e exclusão.

O enredo parte do assassinato do português branco, Bernardo Lourenço Viana, comerciante de escravos, estabelecido no Cais do Valongo, no porto do Rio de Janeiro. O curioso título do primeiro capítulo - "O fim que é começo"- já anuncia que

esse episódio servirá de motivação para contar a história esquecida e adulterada do tráfico de escravos no Brasil, já que o "crime" que figura no título da obra pode ser lido no sentido estrito e também metafórico. Para recompor esse tecido, a autora parte de trechos de anúncios de jornais da época que servem de mote para a ficcionalização da história, narrada em primeira pessoa por Nuno Alcântara Moutinho, "letrado aspirante a livreiro" (CCV, p. 13), meio aparentado com o morto, e que decide investigar o crime, pensando em tirar desse fato um benefício próprio. Na busca pelo assassino, encontra os cadernos escritos às escondidas pela escrava Muana Lómuè que, por caprichos do destino, sabia ler, logo sabia também escrever, embora escondesse de todos o que fazia: "Eu leio, eu escrevo" (CCV, p. 13). E assim são contadas a história do tráfico de escravos vindos da África e, ao mesmo tempo, a vida na cidade que se transformava rapidamente com a chegada da família real, a sorte reservada aos escravos que desembarcavam em número cada vez maior, assim como os castigos que lhes eram aplicados. Como sabia ler, Muana acompanhava pelos jornais

e pela correspondência que chegava para o poderoso comerciante Bernardo Lourenço Viana os acontecimentos da vida da corte e arrumava de prevenir-se, pois os demais escravos eram pegos de surpresa, sobretudo quando eram mandados para os engenhos, onde a vida era ainda muito mais dura do que na cidade. Através dessa astúcia, Muana protegia-se dos acasos de sua condição e ajudava os seus a driblar as sempre escusas estratégias dos comerciantes e donos de escravos.

Pois sim! Eu saberia quando ele pusesse meu nome na seção de avisos, como eu soube quando pôs o Natanael à venda e já estavam quase o entregando para o Tamarineiras. Foi graças a minha leitura que pudemos nos ajudar e ajudar o moleque a escapular. Eu e o Mariano Benguella o ajudamos a fugir com uns ciganos que estiveram na hospedaria. Hoje sei que está em um quilombo lá pelo alto do Corcovado. (CCV, p. 24)

Quando acontece o crime, “toda a São Sebastião do Rio de Janeiro é suspeita de matar o ensebado, sovina, escroque, chantagista, zangano, violento, cruel e despudorado senhor Bernardo Lourenço Vianna!” (CCV, p. 97). Mas são os três negros - Muana, que sabe ler, Roza, que sabe cozinhar e sua comida tem poderes especiais, e Marianno, que sabe costurar panos e

era também um grande feiticeiro - escravos que serviam diretamente ao português assassinado, que logo são identificados como suspeitos. O desenrolar da investigação exhibe a conivência das autoridades com as irregularidades praticadas pelos donos do poder, as mazelas de uma justiça parcial e a proteção dos diversos interesses escusos que moviam os negócios na cidade.

Nuno Alcântara Moutinho, agregado que circulava entre o universo dos brancos e o dos escravos, definia-se assim:

Sou pardo, um mulato e fui criado ali, largado, solto entre os livros e pelas ruas fazendo pequenos serviços para a família do livreiro. [...] Os patrícios da terra de meu pai chamam aos que, como nós, são filhos de portugueses nascidos nas colônias, de mazombos. Não valemos muito para eles [...] um mazombo remediado e neto de pretos está, para eles, bem misturados com as prostitutas, os jogadores e os bêbados, que tanto odiavam. Eu também era um pária e já possuía até o nome da minha taberna-livraria: 'A Mazomba'. (CCV, p. 35)

Transitando nesse “entre-lugar”, evitava, no entanto, misturar-se aos pretos, pois tinha pretensões de subir na vida, já que, como diziam, “era quase branco”, mas, ao fim e ao cabo, não consegue deixar de apaixonar-se



por Tereza Nagô, negra alforriada e com poderes ancestrais de cura.

Mitos, ritos iniciáticos, lendas de origem e costumes estão presentes na narrativa de Muana, vividas por ela e trazidas por outros de sua etnia, de Moçambique, assim como por seus ancestrais, que encontra em sonhos e pensamentos, e que ela relata ao inglês Mr. Toole, interlocutor fictício com quem mantém uma conversa imaginária, servindo de mote para que seja evocada a história da diáspora africana. Na cosmogonia, o elo com os ancestrais é vital: "Precisamos do contato e da intermediação dos ancestrais para as nossas coisas do dia-a-dia de seres humanos" (CCV, p. 46). Em diversos momentos esse contato é evocado, seja para trazer conforto e ensinamentos, seja para buscar proteção contra os inimigos. "Subitamente ouvimos nitidamente o canto maravilhoso do Namuli Apalis. Era Nipele atenta, eram os ancestrais vigilantes. Não fizeram nada naquele momento, pois ao que parece tinham outros planos" (CCV, p. 87). Como a vontade dos ancestrais era impenetrável, não puderam evitar a captura e o embarque para o Brasil: "Estávamos prestes a mergulhar no

abismo salgado do fim do mundo. Em breve estaríamos soltos no gigantesco rio chamado mar" (CCV, p. 108).

A narrativa intercala duas vozes: a voz de Nuno, que relata suas ações para descobrir o assassino, suas artimanhas para sobreviver e se dar bem na vida e seu amor incontrolável por Tereza; e a narrativa de Muana, escrita em seu caderno, à maneira de um diário, onde vão se desfiando seus infortúnios e os de sua gente, o suicídio da mãe, a prisão do pai, as separações forçadas, os afetos construídos e desfeitos à revelia.

Os anúncios de jornal recolhidos pela autora mostram que, se a feitiçaria era punida severamente, todos a ela recorriam e livros sobre essa prática eram amplamente anunciados nos jornais e vendidos nas livrarias da cidade. Nuno, em uma de suas malandragens para se ver livre de uma dívida, recorre aos três escravos da hospedaria de Bernardo, o português assassinado, apelando para os seus feitiços. "Então ela colocou os papéis no fundo de uma panela, Marianno pôs um pouco de óleo e Roza acendeu o fogo. Pronto, eu estava realmente livre. A primeira conclusão: Os três tinham mais

poderes que o Intendente... que qualquer rei” (CCV, p. 135).

Os escritos de Muana, simulando uma conversa imaginária com um interlocutor inglês, Mr. Toole, que apenas ouve e pouco intervém, permite supor que este era mais um “ancestral” que lhe aparecia e com quem ela “conversava” em sua imaginação :

Mr. João Toole adiantou-se e saudou-me afetuosamente. Como eu não percebi que ele só chegava ao anoitecer? Eu, tão experimentada no intercâmbio entre os mundos, como não percebi os sinais? Sim, certamente eu não percebera nada por causa do senhor Bernardo; afinal, ele era o seu professor. A menos que... O senhor Bernardo possuísse o mesmo dom que eu. Agora eu entendia, agora eu compreendia... Por isso meu grupo de visitantes só aparecia quando ele já estava adormecido, pois seguramente os veria. (CCV, p. 175)

Em suas conversas com Mr. Toole, sempre atento às histórias relatadas por Muana, desfilam relatos de sofrimento, violência e opressão impingidos aos que deixavam sua terra e eram submetidos ao trabalho forçado.

O mar é um enorme rio salgado, impossível ver a margem oposta. O mar é o maior cemitério deste mundo. Quando aquele barco já estava havia 10 ou 12 dias no meio das ondas, começou a febre, a dor no corpo todo, na barriga e os vômitos, muitos vômitos. Quando as feridas com pus começavam a aparecer, as bexigas, o capitão não

tinha dúvidas e jogava a ‘carga’ no mar para não contaminar as outras. Meu pai, Mutandi, foi arremessado longe. Como minha mãe, ninguém queria tocá-lo. Era um corpo maldito. (CCV, p. 138)

E, em uma referência à diáspora compulsória, Muana tenta situar seu lugar no mundo e encontrar uma identidade possível: “Quem chega a este lugar por um túmulo, senhor Toole, passa a ocupar o pior lugar neste mundo, mas ocupa. Onde ficam os que não são mais de onde vieram e não chegam a existir aqui? Seria isto o que o padre e os livros de vocês chamam de limbo?” (CCV, p. 142)

Se há um assassino que comete o crime contra a portuguesa, pode-se dizer que os três escravos, embora não estivessem presentes na cidade quando ocorreu o assassinato, também “mataram” seu opressor de modo simbólico, por feitiçaria, fazendo “trabalhos” para provocar a morte do comerciante, embora quem o mate efetivamente seja o rapaz apaixonado pela moça com quem o português deveria casar-se, após sua viuvez. As estranhas circunstâncias da morte - um dedo cortado, o sexo amputado e a colcha que envolvia o cadáver - explicam-se então. Depois de morto, os três cumprem o desígnio e a sua

vingança até o fim, conforme as leis da ancestralidade e os poderes de suas crenças. “Nossos corpos estavam onde deveriam estar para que Paulo Fernandes [o Intendente encarregado da investigação e primo de Bernardo] não nos incriminasse, mas nossas almas estavam onde precisavam estar para que aquele enredo terminasse” (CCV, p. 178). E, “[...] na mesma data em que Marianno pôs o último ponto em sua mortalha de retalhos, dia 1. de maio de 1821, faleceu sem nunca saber quem afinal matara seu primo Bernardo Lourenço Vianna” (CCV, p. 189).

Situado nesse espaço ambíguo e fluido que lhe cabe ocupar por sua cor, sua origem de classe e sua experiência cultural que transita entre a "civilização" dos brancos e a "barbárie" africana, Nuno tenta juntar o que viu e ouviu, o que sabe e o que intui saber com respeito ao crime do Valongo:

Olhei para o antigo píer e os vi. Muana e um jovem altíssimo e belíssimo, certamente era o seu amor Umpulla. Eles conduziam uma multidão que parecia fugir de assassinos, desesperada por socorro e que tomava todo o espaço do cais para sumir no ar, como água evaporada no mormaço, como seres etéreos que sublimam e partem. [...] Como pesa, meu Deus, esse baú de Muana! Como pesa! [...] A verdade tem o dom de enlouquecer. Talvez

por isso, tantos vivam na mentira. [...] Esse foi o verdadeiro crime do cais do Valongo. Levarão algumas eras para que seja pago. (CCV, p. 194-5)

No fundo, conclui-se que a Abolição da escravidão jamais aconteceu, de fato, em 1888, na contramão das leituras oficiais, conservadoras, que figuram nos registros e documentos oficiais. Entregues à própria sorte, a população negra continua desassistida, sem teto, sem direitos e sem escolaridade. Embora o romance nos conduza ao cenário de destruição e violência situada em um passado “quase” remoto, é para a necessidade de reconfiguração dessa história esquecida que o livro nos remete. Por essa razão, pouco importa quem matou o comerciante português. É de um outro crime que trata o romance, de um crime que continua impune e que precisa ser reparado. A mortalha de Bernardo Lourenço Vieira, meticulosamente costurada por Marianno, metaforiza o trabalho de paciência que requer o resgate de uma outra história, aquela que ainda precisa ser recontada, pois o lento trabalho de tecer, alegoria do destino dos homens, pode levar ainda algumas gerações. Cabe lembrar que

foi somente em 2011, com a ameaça de novos arranjos urbanísticos para “civilizar” a cidade, que o Cais do Valongo (1779-1811), porta de entrada de mais de 500 mil africanos vindos do Congo, de Angola e de Moçambique, e um dos maiores portos de chegada dessas populações às Américas, foi finalmente recuperado e exibido à população. E a luta por sua preservação ainda persiste, pois, recentemente, após uma forte chuva que caiu sobre a cidade, o local ficou seriamente comprometido. Parte da história dessa população negra que aqui chegou através dos processos de escravidão, base estrutural do capitalismo, e constituinte da própria história do Brasil, precisa e deve ser recuperada: é conhecendo o passado que preparamos o futuro.

Os romances que examinamos aqui trazem narrativas que evocam, pelo paciente trabalho da memória individual e coletiva, replasmadas pela escrita literária, as vozes de sujeitos historicamente excluídos, onde ecoam violência e morte. Afinal, “é por intermédio da língua que a gente deixa a nossa história para a posteridade” (CRUZ; SEMOG, 2018, p.22), nos diz Eliana Alves Cruz, autora que se

propõe a revisitar o passado de escravidão do Brasil que nos foi sempre contada pela voz de quem escravizou e não daqueles que foram escravizados. Ao tomar a palavra, a autora opera aquilo que Conceição Evaristo define como “escrevivência”, ou seja constrói uma narrativa que parte do ponto de vista de quem experienciou o narrado, misturando vivência e escritura, falando de si, mas também falando por muitos de sua condição, sobretudo mulheres, que foram duplamente humilhadas (EVARISTO, 2006, 2014).

Pelo empenho dessas novas escritoras, o tema da diáspora negra consegue recuperar progressivamente um espaço na produção acadêmica contemporânea, buscando ressignificar suas memórias e recompor um passado diaspórico, marca indelével das sociedades coloniais. Como lembra Stuart Hall:

As diferentes maneiras pelas quais o povo negro e as experiências negras se situaram e subordinaram nos regimes dominantes de representação foram o resultado de um exercício crítico do poder e da normalização culturais. Nós não fomos apenas construídos por esses regimes, no sentido “orientalista” de Said, como outros e diferentes no seio das categorias do saber ocidental; houve também por consequência que fôssemos nós mesmos vistos e vividos como o Outro. Todo regime de

representação é um regime de poder formado, como recorda Foucault, pelo par fatal "saber-poder". (HALL, 2001, p. 314).

Ao exibir os traumas da escravidão que ainda permeiam as relações raciais e sociais no Brasil e, ao alertar para os riscos da naturalização dessas relações de desigualdade, autoras como Eliana Alves Cruz procuram suscitar uma reflexão sobre as origens da discriminação e conscientizar o leitor para os desafios e os problemas que essas desigualdades engendram.

Como adverte Fátima Lima:

Para enfrentar as questões raciais e as práticas racistas cotidianas nos contextos brasileiros, precisamos enfrentar a urgente necessidade de desmantelarmos por completo o mito da democracia racial e o imperativo da miscigenação como elementos modeladores das relações raciais no Brasil. [...] Nunca ficou tão evidente o horror às populações negras e, conseqüentemente, em sua maioria, à população pobre neste país". (LIMA, 2018, p. 113)

### Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENJAMIN, Walter. *Origens do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COMPAGNON, Antonie. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

CRUZ, Eliana Alves; SEMOG, Éle; UZÊDA, André. Entrevista: Eliana Alves Cruz e Éle Semog. *Revista Perspectivas em educação básica*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 14-28, dez. 2018. Disponível em: <https://perspectivasemeducao.blogspot.com/2018/11/entrevista-ele-semog-e-eliana-alves.html>. Acesso: 26 abr. 2019.

CRUZ, Eliane Alves. *Água de Barrela*. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018a.

CRUZ, Eliane Alves. *Médium Books*. Disponível em: <https://medium.com/blooks/entrevista-com-eliana-alves-cruz->. Acesso: 12 dez. 2019.

CRUZ, Eliane Alves. *O crime do Cais do Valongo*. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2018b.

EVARISTO, Conceição. *Becos da Memória*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2006.

EVARISTO, Conceição. *Olhos d'água*. Rio de Janeiro: Pallas, 2014.

FIGUEIREDO, Eurídice. *Mulheres ao Espelho – Autobiografia, Ficção, Autoficção*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.

GLISSANT, Édouard. *A Poética da Relação*. Tradução de Manuela Mendonça. Lisboa: Sextante Editora, 2011.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2001.

JESUS, Carolina Maria de. *Quarto de Despejo – Diário de uma favelada*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.

LIMA, Fátima. Raça, gênero, sexualidade: Desafios para pensar a

interseccionalidade nos brasis contemporâneos. In: SALGADO, Maria Teresa *et alli*. (orgs.). *Escritas do corpo feminino: perspectivas, debates, testemunhos*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2018, p. 104-117.

PONS CARDOSO, Cláudia. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 965-986, dez. 2014.

SEU JORGE *et alii*. Disponível em: <https://www.gelbc.com/jornadaautoriana>. Acesso: 17 out. 2018.

TEIXEIRA, Vanessa Ribeiro. Corpos fraturados pela História: o caso de *Ualalapi e Orgia dos Loucos*, de Ungulani Ba Ka Khosa. In: BATALHA, Maria Cristina; ROCHA, Vanessa Massoni da (orgs.). *2º Encontro Literatura, História e Pós-colonialidade*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2019. p. 282-312.